

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Tensão institucional I

O presidente Jair Bolsonaro volta a sacudir o coreto, depois da deflagração do caso envolvendo o ex-ministro da Educação Milton Ribeiro e, com ele, a investigação que se desenha sobre uma suspeita de que o chefe do Executivo teria alertado o ex-integrante do governo sobre a busca e apreensão. As declarações de ontem, em Santa Catarina, foram devidamente registradas.

Tensão institucional II

Bolsonaro voltou a mencionar as quatro linhas da Constituição e concluiu: “Tenham certeza de que, se preciso for, e cada vez mais parece que será preciso, tomaremos decisões que devem ser tomadas”.

Façam suas apostas

O mundo político, porém, se divide a respeito das declarações presidenciais. Os aliados acham que é apenas uma forma de jogar cortina de fumaça sobre as suspeitas de interferência na PF. Aliás, muita gente ligou os pontinhos: Bolsonaro teve a conversa reservada com Alexandre de Moraes, no jantar de Arthur Lira para Gilmar Mendes, justamente no dia em que a PF prendeu Milton Ribeiro.

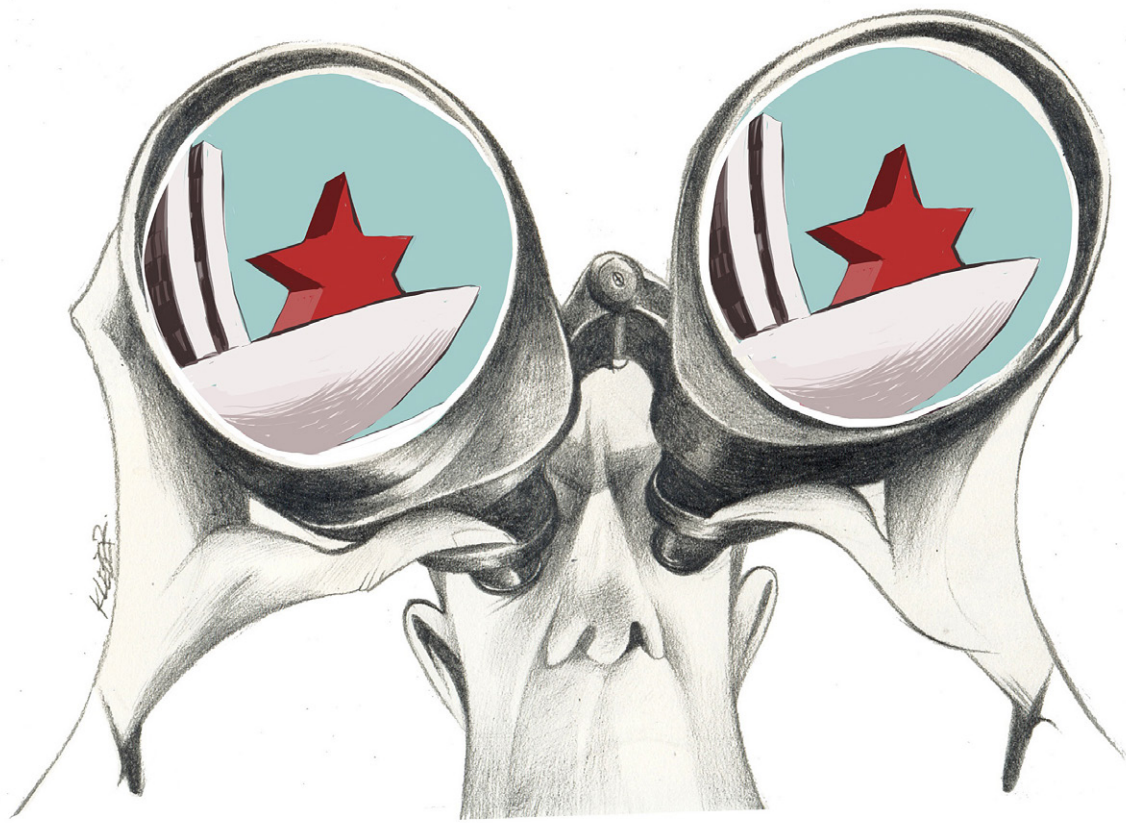
Embalados para a Câmara

O PT tem olhado para os índices de Lula nas pesquisas com atenção especialmente voltada à Câmara dos Deputados. A perspectiva do partido, hoje, é de aumento da bancada em todos os estados. Em 2019, mesmo com a onda pró-Bolsonaro e Lula preso, o PT elegeu 54 deputados (hoje tem 56), a segunda maior bancada, perdendo apenas para o PSL do chefe do Executivo. Agora, com Lula solto e liderando a corrida presidencial, as contas internas apontam 80 deputados, uma bancada que não existe atualmente na Casa. O maior partido, o PL de Bolsonaro, tem 77. Os petistas fazem o seguinte cálculo, tomando por base São Paulo, o maior colégio eleitoral: lá, Fernando Haddad, em 2019, obteve 19% dos votos no primeiro turno, e, ainda

assim, o PT fez nove deputados federais no estado. Agora, Lula ultrapassa os 30% das intenções de voto em São Paulo em todas as pesquisas. Daí, os petistas calculam que podem chegar a eleger entre 11 e 15 federais.

» » »

E tem mais: se fizer a maior bancada, vai ser difícil o PT abrir mão de presidir a Câmara. Por isso, Arthur Lira (PP-AL) está hoje tão focado na própria eleição, sem descuidar dos demais estados onde o Centrão que o apoia é forte. Essa será a primeira disputa depois da eleição deste ano.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/D.A.Press



DF é prioridade para o PSDB/ O senador Izalci Lucas (foto) foi avisado pela direção nacional do PDSB que sua campanha ao GDF é prioridade. O “quadrado” é o anfitrião do governo federal. E o partido já governou todo o Entorno, leia-se Minas Gerais e Goiás, mas não conseguiu eleger um governador do DF. Além disso, Izalci é líder da bancada no Senado e tem história no ninho.

Foi pouco tempo/ Os tucanos só administraram o DF quando a vice-governadora Maria de Lourdes Abadia assumiu, e Joaquim Roriz deixou o governo para concorrer ao Senado, em 2006.

“Ele tem perfil legislativo”/ O senador Izalci Lucas, no papel de pré-candidato, avisa que não abre mão para Reguffe (União Brasil): “Conversamos ao longo de dois anos e, durante todo esse tempo, Reguffe nunca me disse que queria concorrer ao governo”, diz o tucano, que lançou sua pré-candidatura em 12 de dezembro do ano passado.

E tem mais/ “Reguffe diz que vai montar um programa de governo agora. Eu tenho um pronto, construído desde 2011. Tenho um perfil executivo, estou me preparando para isso há muitos anos. Ele tem um perfil mais legislativo, nunca foi gestor”, afirma Izalci, acrescentando que vai ser candidato ao GDF. “Ainda tenho esperança de que possamos chegar a um acordo.”

PODER

Alerta de risco à democracia

Marina Silva diz que Bolsonaro tem “mentalidade golpista” e busca desacreditar urnas como estratégia para não reconhecer resultados das eleições. Na avaliação da ex-ministra do Meio Ambiente, há uma organização criminosa por trás das mortes de Bruno e Dom

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa, Portugal — Ex-ministra do Meio Ambiente e referência sobre preservação ambiental para o mundo, Marina Silva alertou para os riscos à democracia brasileira ante “a mentalidade golpista e autoritária do presidente Jair Bolsonaro”. Em seminário sobre o futuro das relações entre Brasil e Portugal, a ex-senadora disse que o chefe do Executivo tenta desacreditar as urnas eletrônicas “como estratégia para não reconhecer os resultados das eleições” deste ano. Pela mais recente pesquisa de intenções de votos realizada pelo Datafolha, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceria no primeiro turno. Segundo Marina, é fundamental o compromisso assumido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de transformar a Casa em um centro de resistência a movimentos golpistas. Mas, para ela, o combate a ações que pregam a ruptura institucional “tem de ser de toda a sociedade, do Congresso Nacional, do Poder Judiciário, dos formadores de opinião, porque o que está em jogo é a democracia”. “Bolsonaro flerta o tempo todo com a possibilidade de permanecer no poder por meios que não são legítimos em relação ao que prescreve a nossa Constituição”, enfatizou.

Projetos nefastos

Para a ex-ministra, além de cumprir seu papel constitucional em relação às eleições, o Senado deve impedir quaisquer aventuras que possam prejudicar o meio ambiente. Ela ressaltou, no evento promovido

pela Fundação Calouste Gulbenkian, que a Casa comandada por Pacheco precisa evitar o andamento de “projetos nefastos que vieram da Câmara dos Deputados, onde o Centrão está fazendo uma política de terra arrasada sobre a legislação ambiental brasileira”.

“Estão, no Senado, projeto que libera a mineração em terra indígena; proposta que amplia o uso de agrotóxicos na agricultura, inclusive com produtos que são proibidos na Europa e nos Estados Unidos; e projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, que é fundamental para a preservação das florestas e do meio ambiente”, disse Marina.

Na avaliação dela, antes de colocar tais propostas em votação, é preciso realizar um amplo debate envolvendo a sociedade civil, a comunidade científica, os movimentos sociais e os ambientalistas. Também é necessário que as discussões ocorram depois de empossados o próximo presidente da República e o novo Congresso.

Bruno e Dom

Marina afirmou que o Brasil deve fazer uma investigação profunda sobre os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips na Amazônia. Para ela, há uma organização criminosa por trás das mortes, e os mandantes devem ser expostos, investigados e punidos. “Esperamos que sejam feitas ações rigorosas e sejam punidos os assassinos que os patrocinam”, frisou.

A Polícia Federal já prendeu três homens que confessaram ter participado dos assassinatos: Amarildo dos Santos, o Pelado, Oseney da Costa e Jefferson

Roque de Sá/Agência Senado



Marina enfatizou que nada pode escapar do radar das autoridades sobre o caso Bruno e Dom

da Silva Lima. Outros cinco suspeitos estão sendo investigados. Segundo a ex-ministra, nada pode escapar do radar das autoridades, para evitar que a impunidade prevaleça. Ela ressaltou estar preocupada com o açodamento por parte de “alguns segmentos da PF” em querer concluir o caso alegando “que não havia nada além do que os criminosos disseram”.

“Sabemos que a realidade dos fatos está indicando que, se há oito pessoas envolvidas em assassinatos bárbaros e cruéis, é porque tem algo que está dando suporte aos criminosos”, destacou. “Sabemos que

aqueles que são operadores do crime têm muita dificuldade em falar, porque entendem que suas vidas também estão em jogo caso entreguem os mandantes”, emendou.

Nesse contexto, acrescentou a ex-senadora, “um processo que vai à Justiça para ser analisado precisa de investigações rigorosas, de um tempo para isso”. “Nada pode ser concluído em uma semana. Essa é uma atitude que o Brasil não pode, de forma alguma, aceitar, porque parece uma tentativa de evitar que os verdadeiros culpados e mandantes sejam expostos, investigados e punidos.”



Bolsonaro flerta o tempo todo com a possibilidade de permanecer no poder por meios que não são legítimos em relação ao que prescreve a nossa Constituição”

Marina Silva, ex-senadora

Derrota para Dallagnol

» TAINÁ ANDRADE

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, decidiu pelo prosseguimento da investigação contra o ex-procurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol no Tribunal de Contas da União (TCU). A apuração diz respeito ao recebimento de diárias, passagens e gratificações durante a força-tarefa.

“Os princípios da eficiência, da moralidade e da economicidade administrativa impõem a liberdade de atuação fiscalizatória do tribunal de contas, cuja atividade institucional, ao final, interessa e beneficia toda a sociedade, que clama por uma proba aplicação dos recursos públicos”, argumentou Martins.

A decisão indica que a suspensão do processo, determinada pela Justiça Federal do Paraná, fere a autonomia do tribunal. Além disso, no entendimento de Martins, a demora na análise fiscalizatória é um perigo e pode causar a multiplicação de impeditivos que prejudiquem os trabalhos.

O TCU começou a investigação em 2020, a pedido de parlamentares e do Ministério Público Federal (MPF). A Corte cobrou a devolução, pelos envolvidos, de R\$ 2,8 milhões.

Em postagem no Twitter, Dallagnol comentou a decisão: “Dois dias atrás, logo após mais uma vitória no TRF4, eu alertei a sociedade e a imprensa para o que iria acontecer se esse caso subisse para o STJ ou STF (Supremo Tribunal Federal), e tudo aconteceu exatamente como antecipávamos. Sem surpresas aqui”, escreveu.